

SCIENTIA ANTIQUITATIS



Título: ***SCIENTIA ANTIQUITATIS***

Editores: Leonor Rocha/ Gertrudes Branco/ Ivo Santos

Local de Edição: Évora (Portugal)

Data de Edição: dezembro de 2021

Volume: 2021

Capa: Estela do Rebolo (©Jorge de Oliveira)

Diretor: Leonor Rocha

ISSN: 2184-1160

Contactos e envio de originais: Leonor Rocha/ lrocha@uevora.pt

Revista digital.

Ficheiro preparado para impressão frente e verso.

Índice

ESTELAS MEGALÍTICAS NO TERRITÓRIO DO TEJO. A ESTELA DO REBOLO, ARRONCHES (PORTUGAL)	4
O ABRIGO DO NINHO DO BUFO - O PAINEL DA PARTURIENTE E O SEU CONTEXTO (MARVÃO – PORTUGAL)	24
ARA ROMANA DO MONTE DO CLEMENTE (ASSUMAR, MONFORTE) – <i>CONVENTVS PACENSIS</i>	52
APLICAÇÃO DE TÉCNICAS GEOFÍSICAS NÃO INVASIVAS À PROSPEÇÃO DE SÍTIOS PRÉ-HISTÓRICOS DO ALENTEJO: 3 CASOS DE ESTUDO	65

ARA ROMANA DO MONTE DO CLEMENTE (ASSUMAR,
MONFORTE)
CONVENTVS PACENSIS

José d'Encarnação¹
Jorge de Oliveira²

Resumo:

Explicita-se o contexto arqueológico em que se encontrou uma ara romana. Manifesta-se o interesse que há em melhor explorar os vestígios antigos aí existentes. Apesar de o seu campo epigráfico estar bastante deteriorado pelas intempéries, propõe-se uma leitura que dá a conhecer mais um testemunho do culto à divindade indígena *Arentius*, sendo dedicante um indígena de onomástica tipicamente lusitana.

Palavras-chave: epigrafia romana, Lusitânia, *Arentius*, onomástica lusitana.

Abstract:

A Roman altar is identified in a very interesting archaeological context, in the north-east of the Portuguese Alentejo. His epigraph is not in good conditions to be interpreted, but the text is probably dedicated by a Lusitanian to *Arentius*, an indigenous deity.

Key-words: Roman epigraphy, Roman Lusitania, *Arentius*, Lusitanian onomastics.

¹ Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património (CEAACP). Universidade de Coimbra. Orcid: 0000-0002-9090-557X

² Docente da Universidade de Évora/ Departamento de História. Investigador CHAIA. Orcid: 0000-0001-6297-1273

Nota Introdutória

Ara romana do Monte do Clemente (coordenadas 39º 08' 59" N, 7º 29' 30" W), localizado na freguesia de Assumar, concelho de Monforte, foi identificada na sequência das informações a que abaixo, mais detidamente, nos referimos. Pertence o monte a familiares do Conde de Murça cujos rendeiros facilitaram a sua cedência para ser guardada nas instalações da Câmara Municipal de Monforte. Foi, por isso, possível transportá-la, pouco tempo depois da sua descoberta, pela Arqueóloga Municipal, Paula Morgado (a quem manifestamos os nossos agradecimentos), para o Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Monforte e, logo nesse mesmo dia para o Museu Municipal de Monforte, onde cuidadosamente se libertou de líquenes, tendo em vista a obtenção de fotografias de melhor qualidade.

Circunstâncias do achado e respetivo contexto arqueológico

O Prof. Calhau Ferro, que é de Casa Branca, junto ao Cano, reformou-se de professor do Ensino Básico e, para passar o tempo, pegou nos volumes de Mário Saa e começou a tentar percorrer as vias que este assinalara. Nada de mais louvável! Num desses passeios foi ter ao Monte dos Sardos, a cerca de 5 km à direita da IP2 que liga Monforte a Portalegre. Nesse monte procurou por vestígios arqueológicos junto das pessoas que aí exploram os terrenos. Conversa atrás de conversa, veio a saber que desse monte, assim como do Monte dos Prazeres, junto a Santo Aleixo, e do Monte do Sete teriam sido recolhidos miliários e transportados para decoração do Monte do Reguengo, perto de Vaiamonte. Como a curiosidade é grande, deslocámo-nos ao referido monte, onde conseguimos ver uma pequena ara com inscrição. Por ausência do proprietário, os rendeiros não permitiram mais averiguações, porque para tal não estavam autorizados.

Calhau Ferro, estimulado pela notícia dos miliários e pela direção que tomavam, aventurou-se pela estrada de terra batida que, pouco depois do entroncamento que da IP2 liga a Vaiamonte, se desvia para a direita e, seguindo o seu instinto, deparou-se com um amontoado de ruínas onde identificou a ara que nos traz aqui. Cruza-se, nessa ocasião, com o rendeiro do Monte das Rodas, que nas imediações ainda sobrevive, e que o informou que aquelas eram as ruínas do Monte do Clemente, onde, ainda há umas dezenas de anos, vivia uma família.

Acontece, porém, que se verificou existirem no mesmo monte restos de estruturas arquitetônicas antigas, peças de granito pertencentes a um lagar de vara, provavelmente romano. Aliás, o que resta do arruinado monte assenta numa plataforma mais ampla que se sobrepõe à paisagem envolvente. Para sudeste ainda se vislumbram alguns troços de calçada, nalguns locais já destruída pela lavoura que conduzem a uma nascente / poço que dista do monte uns 200 metros. Porque as silvas eram muitas, não deu para perceber bem se se tratava dum poço, se duma nascente mais superficial. Para poente do monte, em contíguo, abre-se um amplo espaço tendencialmente quadrangular com cerca de 50 por 50 m, envolto por um muro argamassado, mas já muito destruído, que parece fazer parte integrante duma zona para resguardo de gado anexo à casa de habitação. Notam-se várias fases de reconstrução desta cerca.

Reproduz-se uma parcela da Carta Militar 1/25 000 (fig. 1 e 1a). A estrada a vermelho liga Monforte a Portalegre. Nesta carta observa-se o topónimo Penha de Évora e Monte de Évora, que tem algumas lendas associadas à conquista de Évora por Afonso Henriques, embora Évora ainda fique a muita distância deste local, mais de 70 km. Por estes caminhos chega-se a Vaiamonte, à célebre "Cabeça de Vaiamonte".

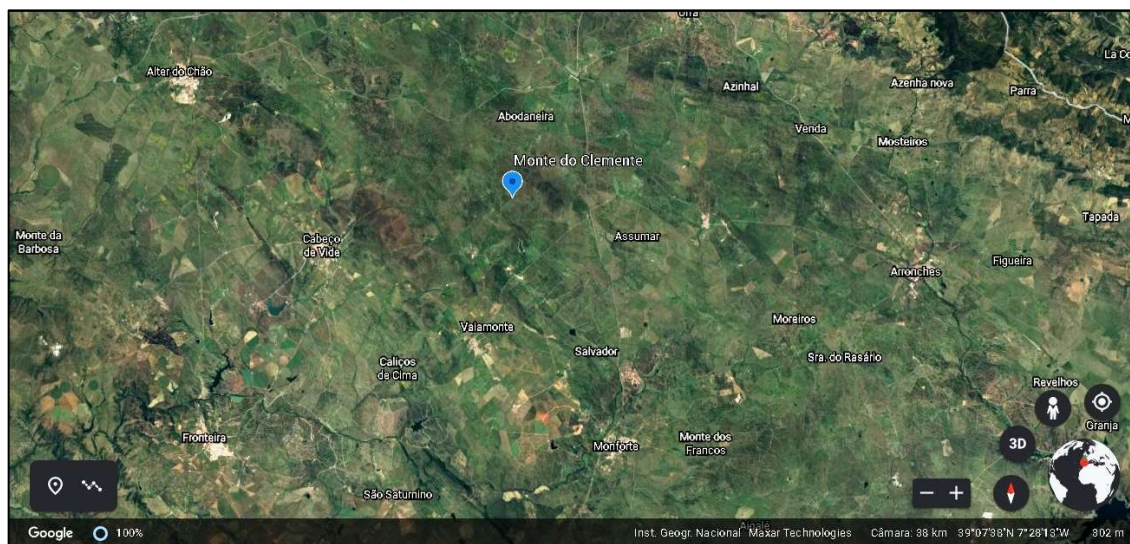


Figura 1: Localização do Monte do Clemente a partir do Google Earth geral.

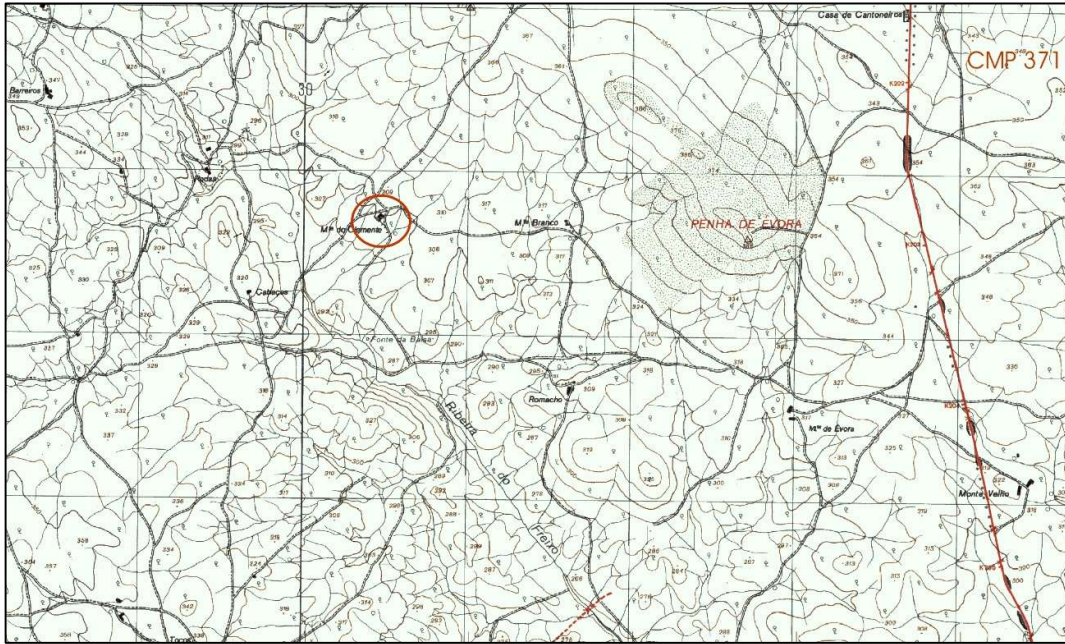


Figura 1a: Localização do Monte do Clemente a partir da Carta Militar de Portugal, Fl. 371.

O Sr. Olivério, já falecido, de Cabeço de Vide, que foi o «escavador-mor» de sítios romanos nesta zona, nas décadas de 70 e 80, tinha a casa dele, em Cabeço de Vide, cheia de peças arqueológicas. Várias vezes Jorge de Oliveira lá foi, inclusive com Caetano Beirão, para ver o que ele ia recolhendo pelos campos. A confiança que ganhou com Jorge de Oliveira levou-o a mostrar-lhe as suas escavações e descobertas no campo. Um dos locais de que particularmente lhe falava era deste topónimo ‘Penhas de Évora’. Baralhado nas cronologias (recorde-se que ele era o coveiro de Cabeço de Vide...), dizia que nessas penhas havia um castelo que tinha sido conquistado pelos romanos e que foi dali que Afonso Henriques avistou Évora e se dispôs a conquistar a cidade. Dizia mesmo que, um dia, «ainda lá havia de ir abrir um buraco para ver o que encontrava». Do outro lado da Estrada Nacional, está o Monte Velho, onde existe uma anta que foi escavada por Leonor Rocha e Paula Morgado (2015) e onde aparecem também silhares graníticos. Portanto, toda esta zona está cheia de informação e o Monte do Clemente fica neste contexto. Também aí, imediatamente junto à IP2, em frente no cruzamento para o Assumar, existe o Monte Sete, que, no tagarelar local, é conhecido por “Monte do Ad sete”. Quem da IP2 observa hoje o local vê uma grande construção de primeiro andar, feita de raiz nos inícios da década de 60 do século XX, que encobre as ruínas do velho monte que para poente se estendem. Neste local, vestígios de cerâmica de construção romana encontram-se com facilidade. Do outro lado da IP2, junto ao entroncamento para o Assumar, quando

alargaram a estrada para facilitar este encontro de vias, nos finais da década de 80 do século XX, apareceram sepulturas romanas, sobejando, ainda hoje no local, uma aparente estela sepulcral fincada na vertical.



Figura 2: Ara no momento da sua identificação.

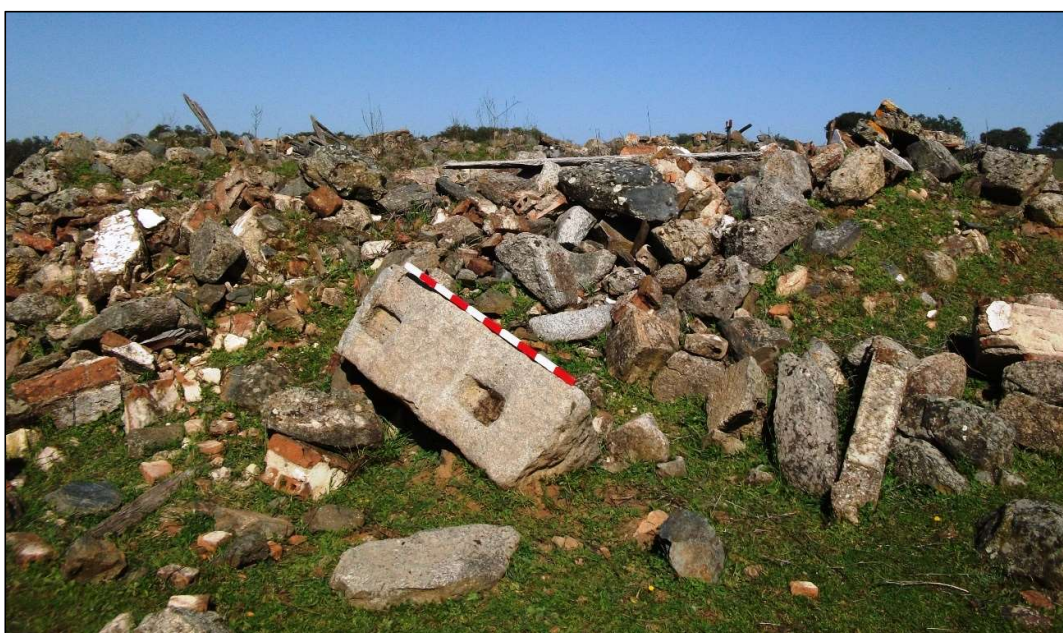


Figura 3: Entulhos existentes na área.

O monumento que nos ocupa (fig. 2) estava no meio de entulho atribuível a várias épocas (fig. 3), resultante, como conseguimos apurar junto do rendeiro da propriedade, do desmoronamento natural da velha casa que ainda há 30 anos dava guarida a um casal que aí vivia. Envolve os escombros do velho Monte do Clemente restos dum lajeado que encosta a um muro de aparência romana, atendendo à espessura e ao modo de construção semelhante ao que se encontra nas *villae* (fig. 4), pelo que não será despiciendo proceder a sondagens no local, a fim de melhor se identificarem os vestígios apenas momentaneamente observados aquando da deslocação.

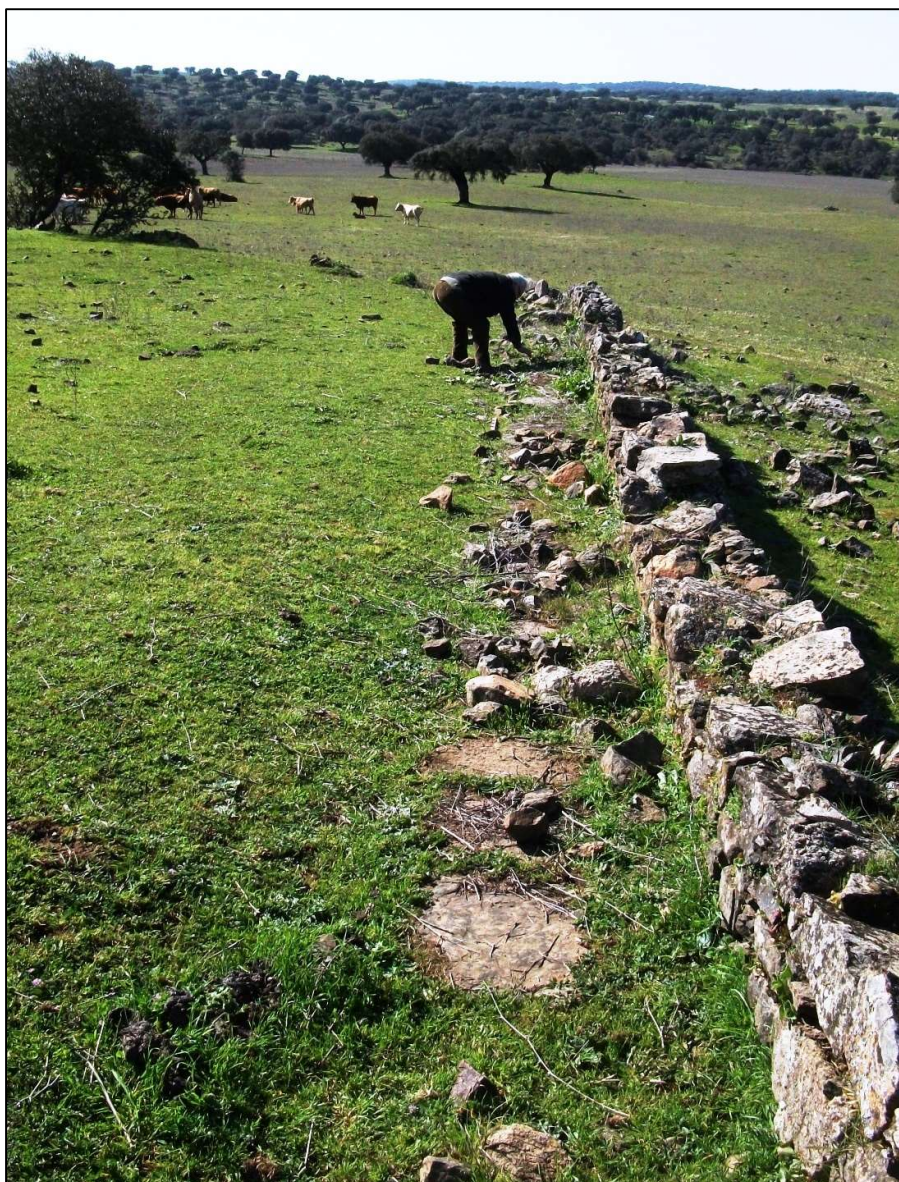


Figura 4: Lajeado junto a muro.

A epígrafe

De granito da região, a ara (fig. 5), moldurada nas quatro faces, apresenta uma forma que recorda monumentos idênticos dessa área geográfica, inclusive pelo aspeto robusto que as dimensões da base (29 x 51 cm) lhe conferem, a indicar que, dela, apenas a parte superior – rudemente moldurada, aliás, com toro saliente seguido de ranhura – não ficaria enterrada. O capitel apresenta toros laterais lisos, de 5 cm de altura, a enquadrar a face superior lisa (?); está separado do fuste por moldura (com um total de 18 cm de altura) de três toros e dois meios-redondos côncavos.



Figura 4: Ara do Monte do Clemente.

Ostenta inscrição no fuste assaz danificado, o que muito dificulta a identificação dos caracteres, dificuldade que se manteve, nomeadamente nas linhas 4 a 6, mesmo após o recurso ao tratamento digital das imagens usando os mais diversos filtros. Essa, a razão por que se hesitou na classificação. Agradecemos, mui penhoradamente, a Alexandre Canha as diligências persistentemente feitas para obter uma visibilidade melhor dos esbatidos caracteres gravados.

A referida semelhança com os altares votivos dessa área – veja-se, a título de exemplo, IRCP 612, de Nossa Senhora da Graça de Póvoa e Meadas, Castelo de Vide (Fig. 6) – e porque, à primeira vista, nos pareceu ler IOVI na l. 1, tudo isso nos inclinou para a classificação de votiva, o que estaria, de resto, conforme com a existência aí de testemunhos do culto a Júpiter (IRCP 637 a 640 e 647).



Figura 6: IRCP 612 - 001

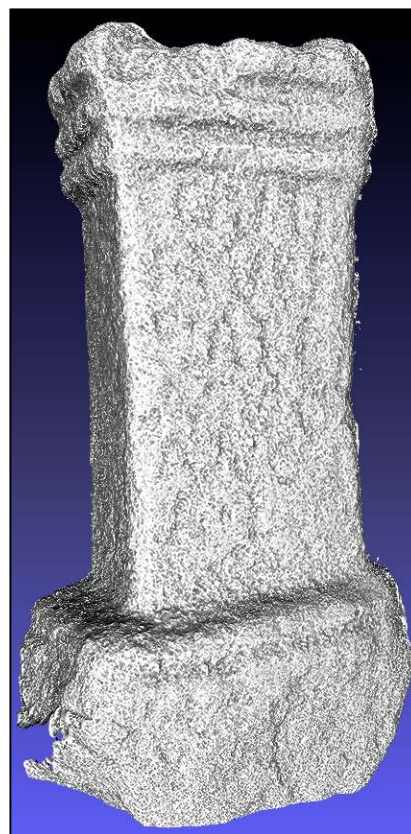


Figura 7: O texto

Poucos caracteres do corpo da epígrafe se distinguem com segurança e só a fórmula final será suscetível de dirimir a questão. Também aí, porém, com determinada iluminação se lia $F \cdot C - F(aciendum) C(uravit) -$, o que induziria a preferência para ser epitáfio; e, com outra, $A(nimo) \cdot L(ibens)$, o que postularia um texto

votivo. E falamos em iluminação, porque, a olho nu, o referido mau estado da superfície impede certezas absolutas.

Dimensões: 104 x 42,5/32/51 x 40/35/44.

Campo epigráfico: 50 x 32.

Analisemos, pois, o que se logra perceber, linha a linha, letras mui descuidadas, irregulares no traçado e nas dimensões (Fig. 7).

No começo da l. 1, há uma haste vertical de traçado não muito nítido devido ao esboroamento que a superfície sofreu aí; a 2ª letra é O, bem circular; a 3ª será V, de que se adivinha a haste esquerda; segue-se-lhe um espaço a postular um sinal de pontuação, não garantido; depois, parece estar D (ou TI?) e não se distingue se há outra letra junto à aresta bastante gasta.

Na l. 2, S seria possível; há um espaço muito maltratado; depois, V e eventual TI.

Na l. 3, F, espaço e A seguido de espaço para três letras.

L. 4: seduz a hipótese de se ler um M largo, sem que minimamente se descortine o que vem de seguida.

Na l. 5, seríamos tentados a ver de novo M largo como o da linha anterior; será possível haver depois C e parece estar uma haste vertical mesmo junto ao debrum. A hipótese ANO – por AN(n)O(rum) resulta sugestiva, sugerindo AN(n)O(rum) L (*quinquaginta*) ou, de preferência AN(n)O I (*unius*); é, contudo, navegar em águas assaz turbulentas...

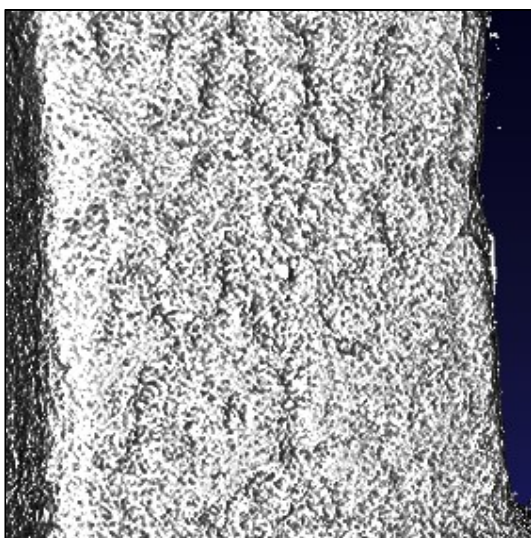


Figura 8: O texto na sua parte final

Creemos, porém, como se disse, que é na l. 6 que reside a chave para uma decifração, pelo menos parcial do enigma: a figura 8 parece mostrar claramente que aí foi gravado A · L · , não se distinguindo a 3ª letra. Ora, sendo assim, teremos a fórmula votiva final A(nimo) L(ibens), faltando S(olvit) ou P(osuit), inclinando-nos mais para P(osuit), com base no facto de se tratar de um monumento de singulares dimensões. E, por conseguinte, a vontade de estarmos perante um texto funerário cai por terra, mera elucubração, e há que regressar à l. 1 a descobrir o teónimo. E, na verdade, parecia que a suposição inicial IOVI é passível de ganhar algum crédito. O que viria depois, já o vimos pela análise linha a linha, não permite adiantar se haveria epíteto (recorde-se que estamos em território de *Iuppiter Repulsor*), nem qual a identidade do dedicante, que seria verosimilmente indígena (nome + filiação).

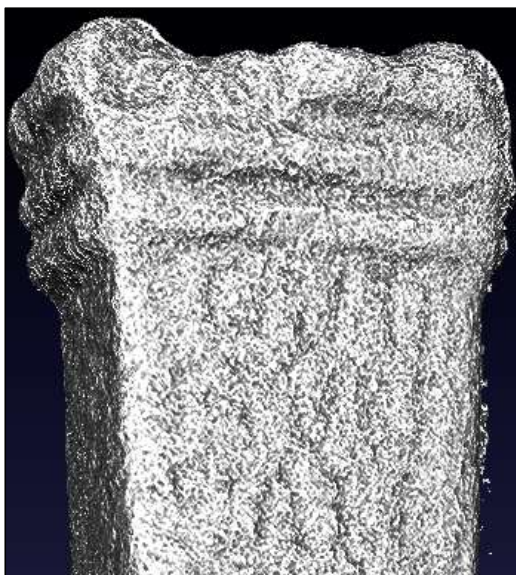


Figura 9: O texto – primeiras linhas

Acontece, porém, que, na l. 1 (fig. 9), antes do O, acaba por se descortinar bem a letra C (há a curvatura superior que, a princípio, se não descortinou), o que dá o antropónimo *Coutius*; e observando melhor a l. 2 TVREI resulta possível. Ora, seria, pois, Cúcio, filho de Tureu, o dedicante, estando necessariamente o teónimo a seguir, obedecendo a um hábito dos primórdios da aculturação religiosa, mormente quando as aras se destinavam a ser colocadas – como poderia ser o caso – num lugar consagrado e o que importava era distingui-las através do dedicante, cuja identificação ficava em primeiro lugar. As letras que descortinámos (fig. 10) inclinam-nos para o teónimo indígena *Arentius* – ARE/NT[IO], com possível nexa NT – que teria, mui provavelmente, um epíteto, como vem sendo hábito. E esse torna-se difícil de perceber, não apenas devido ao mau estado da superfície epigrafada nessa porção, mas também

porque o epíteto se formava a partir de um topónimo ou de um etnónimo, de que, habitualmente, só temos uma referência. Parece-nos distinguir ANC – mas...

Uma dedicatória à divindade Arentius

Estamos, desta sorte, perante o segundo testemunho do culto a esta divindade indígena encontrado no *Conventus Pacensis*, quando a maioria dos seus testemunhos provém da área central da Lusitânia, como já Lourdes Albertos reconhecia em 1985, «las divinidades *Arantius* y *Arantia* com su variante *Arentius* y *Arentia*, son conocidas en las Beiras Alta y Baja así como en la provincia de Cáceres, emparejadas y con epítetos [...]» (p. 470), o que o mapa 2 de Blanca Prósper (p. 506 e 98-121) eloquentemente demonstra. O primeiro documento fora por nós identificado em Alpalhão, no concelho de Nisa (Oliveira e Encarnação, 2016). Note-se que Lourdes Albertos se refere a *Arentius* e *Arentia* como se se tratasse de duas divindades; preferimos considerar apenas uma, saudada no seu númen masculino e feminino simultaneamente (cf. Encarnação, 2010: 140-142).

Ou seja, constitui este testemunho de Monforte mais uma prova de que, afinal, também para estas paragens nordestinas do *conventus Pacensis* se prestou culto a esta divindade, a demonstrar a permanência de um estrato populacional e cultural indígena, como o prova igualmente a identificação do dedicante, à maneira indígena. *Coutius* é antropónimo lusitano (Vallejo, 2005: 295), assim como o seu patronímico *Tureus*, que Vallejo Ruiz considera «antropónimo lusitano en área tipicamente indígena» (2005: 441), área que, porém, com estes exemplos se alarga um pouco mais para Sul, ultrapassando o rio Tejo.

É bem possível que a divindade venha identificada com um epíteto tópico ou etnonímico, o que seria de muito interesse histórico; contudo, o mau estado da epígrafe ao nível das linhas 4 e 5 impede-nos de avançar com uma hipótese.

A fórmula final pode terminar na sigla *P(osuit)* ou *S(olvit)*. Preferimos *P(osuit)* por ser a mais caracteristicamente lusitana e, por outro lado, atendendo à relativa imponência da ara, postular mais o sentido de oferta colocada em lugar de alguma solenidade.

Estamos, por conseguinte, em condições de apresentar a leitura interpretada que propomos:

COVTI[V]/S · TVRE[I] / F(*ilius*) · ARE/NT[IO] [?] / 5 [ANC?] / A(*nimo*) · L(*ibens*)
 · [P(*osuit*) ?]

Cúcio, filho de Tureu, colocou, de livre vontade, a Arêncio (...).

Pela tipologia e atendendo ao que se conhece da epigrafia da zona, esta ara funerária poderá ser datável da 1ª metade do século I da nossa era.

Uma observação complementar

Se resulta relevante, do ponto de vista histórico, a confirmação de que, no território do atual Nordeste alentejano, conviveram elementos populacionais, quiçá mais ligados à capital *Emerita Augusta*, cuja onomástica se revela predominantemente latina, com outros, porventura relacionáveis com os estratos a norte do rio Tejo, de onomástica tipicamente lusitana e prestando culto a uma divindade indígena de largo espectro (digamos assim), não quereríamos dar por concluída esta análise, sem chamar a atenção para a toponímia circundante ao local donde a ara proveio.

Claro, como se assinalou logo de início, o próprio local deverá merecer atenção por parte das entidades competentes, para se caracterizarem e, eventualmente, se salvaguardarem os vestígios mais relevantes. Contudo, não deixa de ser sintomático o facto de persistirem na toponímia lugares designados Aras ou Sete ou, até, Adsete, o que logicamente nos encaminha para um dos pontos assinalados no Itinerário de Antonino como chamado de *Ad Septem Aras*, cuja localização tem sido proposta em Degolados, no território do concelho de Campo Maior. Confesse-se que não deixa de ser intrigante... Uma breve notícia da identificação desta ara foi dada em Encarnação, Ferro e Oliveira, 2021.

BIBLIOGRAFIA

- ALBERTOS FIRMAT, M. Lourdes (1985) – A propósito de algumas divindades lusitanas. *Symbolae Ludouico Mitxelena septuagenario oblatae*. I. Vitoria, p. 469-474.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2010) – *Epigrafia – As Pedras que Falam*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

- ENCARNAÇÃO, José d'; FERRO, A. Calhau; OLIVEIRA, Jorge de (2021) – Ara romana do Monte do Clemente (Assumar, Monforte) (*Conventus Pacensis*). *Ficheiro Epigráfico*. 217. Inscrição nº 774. <http://hdl.handle.net/10316/95461>.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1984) – *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*. Coimbra: Instituto de Arqueologia.
- OLIVEIRA, Jorge e ENCARNAÇÃO, José d' (2016) – Uma ara votiva em Alpalhão (*Conventus Pacensis*)». *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra: Instituto de Arqueologia. nº 135, inscrição nº 562. <http://hdl.handle.net/10316/30810>.
- PRÓSPER, Blanca María (2002) – *Lenguas y Religiones Prerromanas del Occidente de la Península Ibérica*. Salamanca: Ediciones Universidad.
- ROCHA, L; MORGADO, P. (2015) – A anta do Monte Velho (Monforte, Portugal). *Arqueologia de Transição: o Mundo Funerário*. BRANCO, G.; ROCHA, L.; DUARTE, C.; OLIVEIRA, J.; BUENO RAMÍREZ, P. (Ed.). Évora: CHAIA, p. 71-77.
- SAA, Mário – *As Grandes Vias da Lusitânia (O Itinerário de Antonino Pio)*. Lisboa, I 1956, II 1959, III 1960, IV 1963, V 1964 e VI 1967.
- VALLEJO RUIZ, José María (2005) – *Antroponimia Indígena de la Lusitania Romana*. Vitoria-Gasteiz: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco.